



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 13 DE
SETEMBRO DE 2018**

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, e Rui Jorge Marques dos Santos, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

.....
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião.

O Presidente da Câmara deu nota que o Ponto 13 da Ordem de Trabalhos iria ser retirado por se tratar de uma gralha, porque o ponto já tinha sido discutido e votado em reunião de Câmara de 09 de agosto.

Deu nota também do ponto de situação relativamente à questão de Delegação de Competências e pronúncia da Câmara Municipal sobre a mesma. Lembrou que a Câmara e a Assembleia Municipal se deveriam pronunciar sobre a matéria até ao próximo dia 15, contudo desde há dois meses a esta data, a DGAL e, mais tarde a CCDRC, prestaram esclarecimentos sobre essa mesma pronúncia.

Apesar de alguns municípios já se terem pronunciado, tinha vindo agora, o Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Carlos Cabrita, enviar uma missiva dirigida à Câmara Municipal, da qual foi dado conhecimento à Assembleia Municipal, a referir que enquanto não estivessem definidos os diplomas setoriais, as Câmaras Municipais não tinham que se pronunciar, aguardando que tudo ficasse muito bem definido.

Acrescentou que, como era do conhecimento, o Município de Oliveira do Bairro já tinha uma dessas competências delegadas pelo Contrato Interadministrativo na área da Educação, contudo não invalidava que todos analisem, avaliem e se pronunciem sobre essa e as novas competências.

Disse, também, que ainda não possuíam dados relativos à Proteção Civil, apenas existindo dados na área da Saúde e Educação e, com as novidades que foram lançadas, não teriam os dados necessários, nem os diplomas setoriais.

Seguidamente procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos,



Oliveira do Bairro câmara municipal

antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente e os Vereadores Lília Águas, Susana Martins, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, salientou o facto da documentação para a presente reunião ter sido toda entregue na segunda-feira, permitindo assim um melhor trabalho de preparação das reuniões, esperando que assim continue.

Relativamente ao incêndio que tinha deflagrado há dois dias atrás, junto à empresa GRESART, questionou se a limpeza de terrenos municipais estava toda resolvida e em conformidade com o que estava a ser solicitado aos munícipes.

Lembrou que, há cerca de um ano, tinha deflagrado um incêndio de grandes dimensões no concelho e, na presente data, ainda se verifica que na extremidade de Palhaça e Carregosa, existe uma placa toponímica a indicar Oliveira do Bairro, toda chamuscada.....

No que diz respeito à Educação, disse que a nível nacional, tem havido uma intransigência entre professores e Governo que não conseguem chegar a um acordo. Questionou se essa situação iria trazer consequências para o concelho de Oliveira do Bairro.

Questionou, ainda, qual era o ponto de situação da Extensão Frei Gil, uma vez que o início do ano letivo estava no seu arranque. Referiu, também, que se verificou a retirada dos azulejos que continham o logótipo do IPSB, que causou muita ferida na comunidade local e sobre isso questionou se tinha sido uma imposição a nível de governo e se não se poderia ter salvaguardado a identidade do local, que diz respeito à comunidade, apesar de atualmente ser um edifício público.....

O **Vereador António Mota**, reportando-se à reunião tida entre o Presidente da Câmara e a Estradas de Portugal, no que diz respeito à requalificação da estrada nacional 235, questionou qual o ponto de situação.

Questionou, também, quais tinham sido as conclusões tiradas da reunião com a direção do ABC de Bustos, relativamente às condições da transferência do Palacete do Visconde de Bustos para o município.

Relativamente à Rua Maestro Alfredo Rodrigues, questionou se havia algum estudo ou projeto e, se houvesse, se iria avançar ou não com a requalificação da mesma.

O **Vereador Rui Santos**, reportando-se ao pedido de esclarecimento feito pelo Vereador Álvaro Ferreira, no que diz respeito ao início do ano escolar, disse querer reforçar o mesmo estendendo a preocupação a todo o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro.

No que diz respeito ao incêndio que tinha deflagrado na cave do edifício da Junta de Freguesia de Oitã, disse saber que o mesmo tinha deflagrado numa zona destinada ao estacionamento e



Oliveira do Bairro câmara municipal

armazenamento de equipamentos e materiais da Junta de Freguesia, questionando o porquê de esses materiais não estarem depositados no estaleiro existente na zona industrial de Oiã e que pertence à Junta de Freguesia destinado para esse fim. Questionou também se tinha havido danos e quais, na parte do edifício pertencente à Câmara Municipal. Questionou ainda se o edifício estava constituído em propriedade horizontal.

Fez referência ao não pagamento das senhas de presença aos Membros da Assembleia Municipal, afirmando que certamente não seria por dificuldades de tesouraria.

Relativamente ao evento 65 em Festa, disse que tinha verificado que o mesmo tinha sido dividido por três eventos diferentes em dias distintos, questionando se teria existido alguma razão especial para que assim fosse admitindo que traria algumas vantagens, mas também traria custos mais elevados, por outro lado traria também desvantagem no que diz respeito ao convívio que existia entre participantes, fazendo assim com que se dividissem entre eventos.

Ainda sobre o evento 65 em Festa, lembrou que o Presidente da Câmara tinha prometido a alteração da data da realização do mesmo, por forma a não coincidir com períodos eleitorais, solicitando que se proceda a essa alteração.

Reportando-se à Sessão Solene do dia 26 de agosto, referiu que foram feitos convites para a mesma, mas não tinha sido feita referência ao descerramento das fotografias dos Ex Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, que na sua opinião deveria ter sido mencionado o momento.

Sobre o incêndio que tinha deflagrado na terça-feira anterior, junto à empresa GRESART, questionou relativamente à gestão de combustível nas faixas de segurança, se a mesma tinha sido realizada junto à empresa em questão.

Lembrou que tinha solicitado uma reunião com os intervenientes da proteção Civil por forma a fazer uma avaliação das faixas de gestão de combustível, saber se os trabalhos estavam a correr bem.

A **Vereadora Lília Águas**, começou por dar nota que, no âmbito do pelouro Idade Maior e das comemorações do dia internacional da alzheimer, tinha sido levado a cabo uma iniciativa, em parceria com a Alzheimer Portugal, tendo sido sessenta e sete municípios a aderir à iniciativa. Esclareceu que a iniciativa tinha contado com uma ação de formação e sensibilização direcionada para os cuidadores formais e informais, seguindo-se a caminhada intitulada “O passeio da memória”.

Reportando-se ao início do ano escolar, deu conhecimento que o mesmo estava prestes a iniciar, estando a serem ultimados os últimos detalhes. Informou que tinham sido realizadas quinze reuniões com os encarregados de educação, tendo abrangido mais de mil e setecentas crianças.

Referiu que se esperava um início de ano tranquilo, apesar das várias alterações que iriam existir, nomeadamente, pela abertura da extensão Frei Gil havendo a necessidade de se reformular e adaptar alguns serviços. Reforçou que estava tudo em ordem para o arranque do ano letivo.

Sobre a questão levantada pelo Vereador Álvaro Ferreira relativamente à retirada dos azulejos que



Oliveira do Bairro câmara municipal

continham o nome do Colégio Frei Gil, deu conhecimento que iria ser colocada uma lona com a imagem de Frei Gil e a nova designação, “Extensão Frei Gil”. Esclareceu que a escola era uma extensão da escola Acácio Azevedo, que tinha sido integrada na rede pública. O que constava nos azulejos era Colégio Frei Gil – IPSB, designação que não poderia constar.

Acrescentou, ainda, que compreendia que tivesse chocado a população a retirada dos azulejos, mas teve que se romper com o passado e tudo o que tivesse a designação de colégio e IPSB teve que ser retirado do edifício, tendo sido uma imposição da DGEST.

Deu conhecimento que em reuniões tidas com o empreiteiro e os técnicos municipais, tinha ficado definida a data de 01 de outubro para o início das obras de requalificação na escola Dr. Fernando Peixinho, com previsão de duração de nove meses, estando tudo organizado e planeado, estando também os pais dos alunos informados dessa situação.

Referindo-se ao evento 65 em Festa, esclareceu que sendo uma iniciativa muito bem acolhida pelos munícipes não se pretendeu terminar com a mesma, mas pretendeu-se dar uma nova imagem daquilo que se pretendia com o evento.

No que à data da realização do mesmo diz respeito, disse que o que tinha acontecido no passado, era que se antecipava a data da realização do evento para finais do mês de setembro, quando a data comemorativa do dia do idoso é nos inícios do mês de outubro. Afirmou que não iriam antecipar a realização do evento, em ano de eleições, não querendo usar o mesmo para campanha eleitoral.....

Sobre a questão de estar dividido em três atividades, disse que tinha sido uma opção de forma a tentar agradar a todos, porque há pessoas que preferem ir comer e dançar, outros estarão mais interessados na parte cultural e lúdica, dando a opção às pessoas daquilo que preferem, que na sua perspetiva eleva a qualidade do evento. Acrescentou que se se verificar que as pessoas preferem o evento todo junto, como tem sido, voltariam a fazê-lo.....

A **Vereadora Susana Martins**, deu conhecimento que iria ter início a semana Mix & Move, para a qual já todos tinham recebido o convite para estarem presentes numa semana cheia de atividades variadas, reforçando o convite para estarem presentes.

Referiu que estavam a tentar criar uma imagem, os moinhos, que iriam estar espalhados pela cidade. O **Vice-Presidente da Câmara**, reforçou também o convite para estarem presentes no evento Mix & Move, a ter início para o dia seguinte à data da realização da presente reunião.

Relativamente à gestão de resíduos sólidos, limpeza de terrenos, disse que nem todos os terrenos pertencentes à Câmara Municipal estavam limpos, porque tinha sido solicitado à empresa que presta o serviço, que fosse limpando por aqueles que foram considerados mais urgentes. Acrescentou que por pressão da Câmara os terrenos junto à Gresart, já estavam quase limpos, sendo que a empresa por si, já tinha um perímetro de segurança bastante alargado e por isso a empresa não correu qualquer risco.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Deu conhecimento que atualmente se estava com alguns problemas com a empresa que presta o serviço da limpeza dos terrenos, porque havia diferentes entendimentos sobre o trabalho a ser efetuado, acreditando que tudo iria correr da melhor forma.

O **Presidente da Câmara**, reportando-se às questões colocadas pelo Vereador Rui Santos referentes ao incêndio ocorrido no edifício da Junta de Freguesia de Oiã, informou que o mesmo tem definida a propriedade horizontal, sendo que a parte onde ocorreu o incêndio era comum. Deu conhecimento que nos dias seguintes à ocorrência tinham sido realizados todos os procedimentos de levantamento de danos. Mais informou que existia seguro para esta situação.

Referiu que já tinha sido realizada uma limpeza total da área da biblioteca, que devido aos fumos libertados tinha ficado toda preta. Deu conhecimento que apenas tinha ardido o trator pertencente à Junta de Freguesia de Oiã.

Disse que da informação que tinha dos serviços, ainda se estava a proceder a limpeza na zona da cave, para assim se poder averiguar todos os prejuízos e ser verificado perante a seguradora o que seria necessário repor. Quanto aos prejuízos disse que do que se conseguia ver a olho nu, apenas alguns tubos teriam que ser substituídos.

Relativamente à questão do pagamento das senhas de presença, informou que já tinham sido feitas as ordens de transferência, para pagamento das mesmas, mas era uma novidade porque em anteriores mandatos as senhas de presença apenas eram pagas uma vez por ano, mas o interesse seria fazer os pagamentos com mais frequência.

Sobre os convites para o dia 26 de agosto, informou que tinha dado indicação para serem extensíveis a todos os Vereadores e não tinha havido nenhuma razão especial para que não constasse nos mesmos a referência ao descerramento das fotografias dos Ex Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, agradecendo o reparo.

Reportando-se às questões suscitadas pelo Vereador António Mota, nomeadamente no que à Estradas de Portugal diz respeito, esclareceu que o corpo técnico de Aveiro, não conseguindo responder a muitas das questões levantadas, solicitou que a Câmara encaminhasse as questões para a administração de Lisboa, as quais já tinham sido encaminhadas, estando-se a aguardar resposta..

Sobre a transferência do Palacete de Bustos, deu conhecimento que tinha havido uma reunião onde tinha ficado combinado que a Câmara Municipal iria enviar informação para a direção do ABC, para que transmitisse aos seus sócios quais seriam as condições essenciais, mas sempre vincado à Câmara Municipal para a decisão final.

Relativamente à Rua Maestro Azevedo, referiu que a mesma faria ligação a uma PARU, já havendo o estudo efetuado para alargamento. Mais informou que se estava em negociação com a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, que é proprietária de terreno confinante, para que se possa criar um local de estacionamento.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
**PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 26 DE JULHO DE 2018**

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de julho de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.....

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de julho de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

.....
**PONTO 3 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 9 DE AGOSTO DE 2018**

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de agosto de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de agosto de 2018, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

.....
PONTO 4 – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR ESPECIAL – PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 01/2018

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a informação não tinha seguido via e-mail, atendendo que se tratava de um processo disciplinar de um dos colaboradores da Câmara Municipal.

Referiu que o processo continha uma informação, que tinha estado disponível para consulta dos senhores Vereadores, onde constavam todas as situações tidas em causa para o procedimento.

O **Vereador António Mota**, informou que não tinha feito a consulta da referida informação, solicitando ao Presidente da Câmara que desse a conhecer de forma resumida a situação.

O **Presidente da Câmara**, atendendo ao facto de o Vereador António Mota não ter consultado a informação, informou que iria suspender os Trabalhos da presente Reunião de Câmara pelo período de dois minutos, para que o mesmo o pudesse fazer.

Decorrido que foi o período de suspensão dos Trabalhos, foram os mesmos retomados pelo Presidente da Câmara que deu o uso da palavra ao Vereador António Mota.....

O **Vereador António Mota**, disse esperar que este tipo de procedimentos, não comesse a tornar-



Oliveira do Bairro câmara municipal

se vulgar e que não desse origem a perseguições. Referiu que esperava que este procedimento não viesse desencadear outro tipo de processos que entendia como mais pertinentes.

O **Presidente da Câmara**, referiu que a intenção deste tipo de procedimentos era limitar o máximo possível, outro tipo de situações futuras.

O **Vereador Rui Santos**, começou por dizer que este era um assunto delicado e tendo consultado o processo disse ter ficado com algumas dúvidas, porque a pena não era leve, ficando registado no processo do colaborador e por isso queria ver esclarecidas algumas questões, antes de tomar uma decisão de votação.

Referiu que, do que tinha consultado no processo, na data anterior aos factos, tinha havido uma comunicação escrita via e-mail, às dezassete horas e cinquenta e oito minutos, começando por duvidar se o colaborador a essa hora teria acesso à comunicação, não havendo recibo de leitura do e-mail e porque desconhecia se o mesmo estaria a trabalhar a essa hora ou não.

Disse também que a informação tinha sido dirigida a todos os colaboradores, deduzindo-se que não seria só o colaborador em questão, o visado. Também verificou que não havia certeza da comunicação eficaz das suas funções e responsabilidades, uma vez que quem interveio no processo não o consegue garantir que tenha sido feito de forma eficaz.

Disse ainda que no processo não era referido que a falha só ocorria nos dias em que o colaborador era o responsável pelo serviço, deduzindo-se que a falha poderá também ter ocorrido com outros colaboradores.

Questionou se tinha sido feita alguma avaliação profissional do colaborador, se era reincidente no incumprimento de ordens ou deliberações. Questionou também se tinha ficado claro que só o colaborador em questão não tinha cumprido as ordens.

Referiu que deveria ser uma avaliação que tinha que ser feita, para serem justos na sanção que estava a ser aplicada, porque na sua opinião os factos descritos no processo, não lhe parecem ser meritórios de uma punição de grande relevo, parecendo-lhe excessiva face aos factos que constam no processo que tinha referido.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que quando o procedimento tinha sido elaborado e tinha sido sugerido pelos serviços, tinham sido os serviços jurídicos que tinham avaliado e analisado juntamente com os serviços dos recursos humanos e que propuseram a sanção que estava em discussão.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, mediante votação por escrutínio secreto, deliberou com 4 votos a favor e 3 votos contra, aprovar a aplicação da Pena de Repreensão Escrita prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 180.º com os efeitos determinados no n.º 1 do artigo 181.º por força e ao abrigo do artigo 184.º, pena esta Suspensa pelo período de 6 meses, ao abrigo do art.º 192.º todos da LTFP com o seguinte conteúdo: “Fica o trabalhador Luíz Carlos Ferreira dos Santos advertido do carácter ilícito da sua conduta, devendo no futuro agir em subordinação aos interesses e objetivos do serviço



Oliveira do Bairro câmara municipal

onde exerce as suas funções, de forma a adequar de uma forma briosa e zelosa o seu comportamento às normas e valores imanentes da sua condição de trabalhador no exercício de funções públicas evitando atitudes negligentes nas funções que exerce, de forma a que não se voltem a repetir atuações contrárias à lei e ao estado de direito”.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 46 | MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Rui Santos e Álvaro Ferreira.....

O **Presidente da Câmara**, informou que se tratava de um assunto que vinha no seguimento de uma proposta efetuada pelo Vereador Rui Santos, onde era proposta uma série de medidas de apoio aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro. Deu conhecimento que a direção dos Bombeiros tinha sido questionada sobre as mesmas e, recentemente, em reunião consigo e com a direção dos Bombeiros, foram refutadas algumas das medidas e propostas outras.....

Atendendo que era um assunto de relevo, foi entendimento iniciar um procedimento nesse sentido, convidando o proponente inicial, o Vereador Rui Santos, assim como a direção dos Bombeiros e o Executivo a elaborarem um regulamento que fosse ao encontro das necessidades, mas que também fosse o possível ao abrigo da legislação.

O **Vereador Rui Santos**, louvou a iniciativa da abertura do procedimento para a elaboração do regulamento, achando ser um primeiro passo muito importante para reconhecer o valor do voluntariado.

Disse já ter desenvolvido algum trabalho com os Bombeiros, no sentido daquilo que tinha sido apresentado, não sendo só um conjunto de benefícios, sendo também uma afirmação dos deveres que os Bombeiros têm perante o município, nomeadamente no que diz respeito ao serviço de voluntariado que é prestado.....

Um segundo passo a dar pelo Município seria a estimulação do voluntariado, junto das crianças e jovens do concelho de Oliveira do Bairro, dando o exemplo de uma atividade desenvolvida por uma empresa de prestação de serviços, nas férias de verão junto dos Bombeiros que foi um sucesso, sendo uma semente que poderá dar frutos significativos na participação das crianças, mais tarde jovens e adultos que possam prestar serviço de voluntariado.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, deu os parabéns pelo passo dado por parte da Câmara Municipal, no sentido de valorizar ainda mais o serviço de voluntariado, como tem sido apanágio do município de Oliveira do Bairro.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Referiu que o regulamento deveria servir para estreitar, fortalecer e incrementar o voluntariado. Referiu, ainda, que o regulamento serviria também para fortalecer laços entre os Bombeiros Voluntários, Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas, tecido associativo e empresarial, envolvendo várias ações que se poderiam implementar.

Acrescentou que o município poderia incrementar uma série de benefícios para quem é voluntário, de forma a serem gratificados, sabendo que as pessoas que se voluntariam não procuram a gratificação, mas o município deveria ter esse papel pedagógico para com a sua população.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 47 | MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto. O **Presidente da Câmara**, referiu que como era do conhecimento, desde o mandato anterior que existia um regulamento com as Juntas de Freguesia, sobre as formas de apoio, nomeadamente para a cedência de materiais de construção, de autocarros e para a utilização de equipamentos municipais. Após reunião com os Presidentes de Junta, de forma a avaliar as pretensões dos mesmos, tendo noção da inflexibilidade do regulamento existente na cedência de materiais, a forma inflexível que existia para a cedência de autocarros, achou que se deveria alterar o regulamento tornando-o mais flexível para que as Juntas de Freguesia pudessem também beneficiar dos apoios da Câmara de uma forma mais célere contemplando no mesmo mais apoios e acordos.

Recordou que previamente tinha reunido com os presidentes de Junta, para verificarem que tipo de alterações poderiam ser feitas no regulamento.

Deu conhecimento que tinha sugerido que os valores atribuídos através do regulamento fossem atualizados, na mesma proporção do acordo de execução, preenchendo as mesmas regras.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de alteração do “Regulamento Municipal sobre as formas de Apoio às Freguesias do Município de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 50|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO



Oliveira do Bairro câmara municipal

AO PRESIDENTE – APOIO FINANCEIRO A ATRIBUIR ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES E ENSINO NÃO FORMAL

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O Presidente da Câmara, referiu que se pretendia incorporar o apoio dado às Juntas de Freguesia, que era anual, no regulamento municipal sobre as formas de apoio às freguesias.....

Alertou para o facto de existir um protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro no que diz respeito à UNISOB. Acrescentou que esse protocolo previa o pagamento de quinhentos e vinte e cinco euros, por turma da UNISOB, valor esse que era também aplicado às outras Juntas de Freguesia do Concelho para os cursos lecionados nas áreas de bordados e trabalhos manuais, atividades distintas do que se fazia na UNISOB.

Informou que também em reunião com os Presidentes de Junta, foi entendimento proceder-se a alguma mudança nesse apoio e não querendo prejudicar a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, para além do que estava estipulado no regulamento, iria ser atribuído uma verba por curso e uma mais uma verba correspondente à majoração por pessoa que frequentasse os cursos em causa, equilibrando assim os valores a atribuir a cada Junta de Freguesia.

Referiu que tinha ficado acordado entre si e os Presidentes de Junta que, no futuro, iriam ser atribuídos valores para cursos com majoração para o mínimo de cinco alunos por curso e, a partir dos dez alunos do município teriam também uma majoração como estava definido. Ou seja, a Câmara Municipal tinha todo o interesse que as freguesias continuassem a motivar as atividades, contudo era proporcionada essa majoração a todos aqueles que eram do município e que entendessem utiliza-la, não prejudicando de forma alguma que a Junta de Freguesia promova e atraia pessoas de outros municípios para o nosso concelho.

O Vereador António Mota, disse que tinha sido dado a entender pelo Presidente da Câmara que a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro tinha a UNISOB, pela qual recebia apoios da Câmara Municipal e as outras Juntas de Freguesia eram também compensadas.

Referiu que na sua opinião, a UNISOB tem alunos de todas as freguesias do concelho, tendo mesmo dúvidas que a grande parte dos alunos fossem da freguesia de Oliveira do Bairro, e por isso a UNISOB era caso único não devendo ser comparado com outras situações, porque eram bastante distintas. ..

O Presidente da Câmara, esclareceu que a UNISOB tinha procedimentos próprios e nada tinha a ver com os outros cursos que eram ministrados nas outras Juntas de Freguesia, mas no que respeita à compensação económica a base para o curso seria igual e que não existiria qualquer tipo de prejuízo, ou seja, a UNISOB pelas suas próprias características teria sempre a compensação financeira que merecia porque existiam muitos munícipes da freguesia da Palhaça que frequentavam a UNISOB sendo por isso atribuída essa compensação.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Explicou que não se iria compensar a Junta de Freguesia da Palhaça, porque os munícipes da Palhaça vinham frequentar um curso em Oliveira do Bairro, aclarando que a compensação era efetuada pela atração de pessoas que a UNISOB fazia e pelo sucesso que tinha.

O **Vereador Rui Santos**, sugeriu que fosse acrescentado aos documentos enviados, um mapa comparativo dos valores atribuídos em anos anteriores iria permitir verificarem as diferenças existentes e qual a evolução dos apoios, fazendo uma análise e avaliação mais correta daquilo que estava a ser discutido.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de atribuição às Freguesias de Oiã, Palhaça e União de Freguesias um apoio financeiro no valor de 6.250,00 € (seis mil duzentos e cinquenta euros) com vista a comparticipar as despesas referentes a atividades de ocupação de tempos livres e ensino não formal;.....

2.º - Subscrever a proposta de atribuição do valor de 475,00 € (quatrocentos e setenta e cinco euros) à Freguesia de Oliveira do Bairro a acrescer ao apoio atribuído no âmbito do protocolo em vigor de colaboração entre o Município de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro no âmbito da Universidade Sénior de Oliveira do Bairro;

3.º - Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo do Município de Oliveira do Bairro em cartazes e outros suportes promocionais e a menção “Com o apoio da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro”;.....

4.º - Remeter a presente proposta de apoio financeiro à Assembleia Municipal com vista à sua competente aprovação.....

PONTO 8 – INFORMAÇÃO N.º 254|2018 PRESTADA PELA UNIDADE PARA O CONHECIMENTO E COESÃO SOCIAL – PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA OS SERVIÇOS DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA DOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA – ANO LETIVO 2018/2019.....

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de apresentar o assunto. A **Vereadora Lília Águas**, referiu que era uma proposta que vinha anualmente a reunião de Câmara e tinha a ver com aquilo que era o valor limite que cada encarregado de educação deveria pagar pela prestação do serviço.

Esclareceu que o valor fixado para o presente ano era de oitenta e oito euros e vinte e dois cêntimos, de teto máximo e, conforme decorria da Lei, tinha que ser definido um valor mínimo e um valor máximo, tendo sido ligeiramente atualizado relativamente ao ano anterior.

Explicou que o valor era calculado com aquilo que era o custo para o município em auxiliares, animadoras, nos valores da prestação do serviço e nos lanches, dividindo por número de utentes



Oliveira do Bairro câmara municipal

utilizadores do serviço. Mais esclareceu que o valor para o presente ano aumentou pelo facto de ter havido um decréscimo do número de crianças.

Acrescentou que tinha sido opção do Executivo não incluir no cálculo a despesa que a Câmara Municipal tem com as atividades Lúdico-Expressivas, porque entendem que era investimento e não despesa, oferecendo a atividade Peixinhos e Toca a Mexer.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o teor da Informação n.º 254|2018 da Unidade para o Conhecimento e Coesão Social, datada de 7 de setembro de 2018 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, nos exatos termos exarados.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO N.º 214|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – SOLICITAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL PARA APRESENTAÇÃO DA SECÇÃO DE BASQUETEBOL DOS ATÓMICOS SPORT CLUBE, NOS DIAS 22 E 23 DE SETEMBRO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da cedência dos Equipamentos Municipais aos Atómicos Sport Clube, nos exatos termos propostos na Informação/Proposta n.º 214|2018 da Unidade de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, datada de 6 de setembro de 2018 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO N.º 215|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – SOLICITAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL PARA A REALIZAÇÃO DE TREINOS DOS ATÓMICOS SPORT CLUBE

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da cedência do Pavilhão Municipal aos Atómicos Sport Clube, nos exatos termos propostos na Informação/Proposta n.º 215|2018 da Unidade de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, datada de 6 de setembro de 2018 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO N.º 217|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – SOLICITAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL PARA A REALIZAÇÃO DE JOGOS DE PREPARAÇÃO DE ÉPOCA DOS ATÓMICOS SPORT CLUBE, SECÇÃO DE FUTSAL

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da cedência do Pavilhão Municipal aos Atómicos Sport Clube, nos exatos termos propostos na Informação/Proposta n.º 217|2018 da Unidade de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, datada de 6 de setembro de 2018 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.



Oliveira do Bairro câmara municipal

PONTO 12 – INFORMAÇÃO N.º 227|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – SOLICITAÇÃO DE CEDÊNCIA DAS PISCINAS MUNICIPAIS POR PARTE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da cedência das Piscinas Municipais à Santa Casa da Misericórdia do Concelho de Oliveira do Bairro, nos exatos termos propostos na Informação/Proposta n.º 227|2018 da Unidade de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, datada de 6 de setembro de 2018 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 13 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DE OIÃ, POR PARTE DA COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE S. SIMÃO, NO DIA 6 DE OUTUBRO DE 2018, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE UMA “STAND UP COMEDY”, DESTINADA À ANGARIAÇÃO DE FUNDOS
O presente ponto da Ordem de Trabalhos foi retirado.

PONTO 14 – E-MAIL DA COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SÃO BARTOLOMEU DO TROVISCAL, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE CEDROS DE 23 A 26 DE AGOSTO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 16 DE AGOSTO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 16 de agosto de 2018, em que autorizou a cedência de cedros de 23 a 26 de setembro de 2018 à Comissão de Festas em Honra de São Bartolomeu do Troviscal, para efeitos de apoio à realização das Festas.....

PONTO 15 – E-MAIL DA COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SÃO BARTOLOMEU DO TROVISCAL, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE GRADES DE 23 A 26 DE AGOSTO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 20 DE AGOSTO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 20 de agosto de 2018, em que autorizou a cedência de grades de 23 a 26 de setembro de 2018 à Comissão de Festas em Honra de São Bartolomeu do Troviscal, para efeitos de apoio à realização das Festas.....

PONTO 16 – E-MAIL DA ASSOCIAÇÃO MENTES CONVERGENTES, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE GRADES DE 30, 31 DE AGOSTO E 1 DE SETEMBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL E MUSICAL EM BUSTOS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO



Oliveira do Bairro câmara municipal

DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 28 DE AGOSTO DE 2018.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 28 de agosto de 2018, em que autorizou a cedência de grades de 30 agosto a 1 de setembro de 2018 à Associação Mentes Convergentes, para efeitos de apoio à realização de evento cultural.

PONTO 17 – E-MAIL DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE GRADES A 1 E 2 DE SETEMBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS DO SANTÍSSIMO NOME DE JESUS DO CERCAL – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 30 DE AGOSTO DE 2018.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 30 de agosto de 2018, em que autorizou a cedência de grades a 1 e 2 de setembro de 2018 à Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Bairro, para efeitos de apoio à realização das Festas do Santíssimo Nome de Jesus do Cercal.....

PONTO 18 – E-MAIL DA COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE N.ª SRA. DAS FEBRES DE PERRÃES, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE GRADES DE 6 A 9 DE SETEMBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 5 de setembro de 2018, em que autorizou a cedência de grades de 6 a 9 de setembro de 2018 à Comissão de Festas em Honra de N.ª Sr.ª das Febres de Perrães, para efeitos de apoio à realização das Festas.....

PONTO 19 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12 DE JULHO DE 2018, REFERENTE AO PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, reportando-se à reunião ocorrida no dia doze de julho, recordou que tinha sido tomada uma deliberação condicionada à realização de dois procedimentos, a obtenção de um parecer externo e a obtenção de um parecer da Procuradoria do Ministério Público.....

Deu conhecimento que foi obtido o parecer externo que constava na informação, e que tinha estado presencialmente no Ministério Público, mais propriamente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, tendo sido acompanhado por um representante do Gabinete do Dr. Pais do Amaral, do Dr. Fernão Queiroz, da Dr.ª Andreia Pereira e da Dr.ª Isabel Simões do município de Oliveira do Bairro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Informou que o que lhes tinha sido transmitido pelo Senhora Procuradora foi que não podia emitir pareceres que possam vincular uma decisão futura do Ministério Público.

Face ao exposto disse que trazia mais uma vez a deliberação para que possa ser votado definitivamente o assunto.

O **Presidente da Câmara**, reforçou que a deliberação já tinha sido tomada, apenas nas circunstâncias da mesma, ficando a aguardar os esclarecimentos referidos pelo Vice-Presidente, de forma a poder tornar-se definitiva a deliberação, perante terceiros.

O **Vereador Rui Santos**, disse que, infelizmente, o parecer por parte do Ministério Público não existia e que seria esse que lhe daria algum conforto na sua tomada de decisão. Relativamente ao outro parecer externo, disse que tinha o valor que tinha, era utilizada a terminologia habitual nos pareceres não trazendo certezas.

Lembrou que já tinha referido que para si seria suficiente haver uma informação dos serviços técnicos da Câmara Municipal a referir que estava tudo dentro da conformidade, mas como não existia essa informação, deu conhecimento que iria votar contra.

O **Vereador António Mota**, disse que estava preocupado porque desde o ano de 1999 se deu cumprimento ao regulamento de acesso aos lotes e afinal os Ex Presidentes de Câmara tinham andado enganados porque seguiram um regulamento que agora dizem não estar em vigor. Acrescentou que era essa a situação que o preocupava e que pretendia levar até ao fim.

Referiu que, do ponto de vista técnico, não existia um único parecer da Câmara Municipal que possa permitir ter uma deliberação concreta.

Reportando-se ao parecer externo, disse que o mesmo nada dizia de concreto, não era conclusivo. .

Sugeriu que se pegasse no regulamento, que se verificasse a sua funcionalidade ou não e proceder à sua alteração, sendo mais um regulamento que se levava à Assembleia Municipal e seria aí que iria haver problema, porque o Executivo iria ser confrontado pelos Membros da Assembleia Municipal a questionar o porquê de um regulamento aprovado em Assembleia Municipal não estar em vigor. Acrescentou que na sua opinião o referido regulamento de acesso aos lotes, era um regulamento concelhio e global e nada tinha a ver com o Plano de Pormenor como se queria fazer parecer.

Disse ainda que a questão não estava a ser respondida como deveria ser respondida. Acrescentou que o parecer externo só tinha vindo complicar ainda mais qualquer decisão por parte da Câmara Municipal, e que a deliberação anterior deveria ser revogada.

Referiu que era um assunto que o preocupava, porque a empresa NCP queria resolver a questão, queria avançar e a Câmara estava a complicar.

Informou que deveria ser uma decisão de aprovação tomada pelo Presidente da Câmara de forma consciente, mas como não tinha sido esclarecido de forma concreta iria votar contra.

O **Vice-Presidente da Câmara**, reportando-se à intervenção do Vereador António Mota disse que a



Oliveira do Bairro câmara municipal

parte que concordava era que tinha que se tomar uma decisão consciente, mas tudo o resto não tinha percebido, porque falou num regulamento das zonas industriais. Esclareceu que o regulamento da zona industrial de Oiã, que tinha sido aprovado juntamente com o Plano de Pormenor já tinha sido falado. Lembrou que se tinha discutido se o mesmo estaria em vigor ou não e daí se ter pedido os pareceres, parecendo concluir-se que não estava em vigor e ao que parece nem tinha sido publicado em Diário da República, porque ninguém encontra a sua publicação..... Acrescentou que não havia outro tipo de informação que permita tirar outra conclusão que não seja a que foi apresentada e perante tudo o que foi feito e dito e porque queriam efetivamente resolver o problema, não havia outra forma se não a que estava a ser apresentada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por Maioria com 4 Votos a Favor e 3 Votos Contra do Vereador Rui Santos do UPOB e dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira do PPD/PSD, tornar definitiva a deliberação de aprovar e autorizar a venda do Lote C23, Artigo Urbano 5429, sito na Zona Industrial de Oiã, nos termos definidos na deliberação constante do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos da Reunião de Câmara de 12.07.2018, conforme Informação/Proposta n.º 12 – Mandato 2017-2021 do Vice-Presidente da Câmara e datada de 10 de setembro de 2018.

Pelo Vereador António Mota, foi apresentada uma declaração de voto verbal, na qual declara que o voto contra dos Vereadores do PPD/PSD se justifica pelas razões por si invocadas nas suas intervenções.

PONTO 20 – INFORMAÇÃO N.º 20/2018, PRESTADA PELO COORDENADOR DO PROJETO “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO” PONTO DE SITUAÇÃO – PARA CONHECIMENTO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o presente assunto era mais uma informação relativa ao orçamento Participativo de Oliveira do Bairro.

Apelou à participação de todos na votação do projeto que mais acharem ir ao encontro das expectativas, dando força ao projeto quer para o presente ano quer para anos futuros, incentivando a que sejam apresentados projetos mais globais para o concelho, sendo esse o interesse do projeto e da população.

Referiu que estava a ser dado apoio técnico na Câmara Municipal para realizarem a votação, para quem pretendesse, e estavam também divulgados os dias de votação nas Juntas de Freguesia.....

O **Vereador António Mota**, disse que tem acompanhado o processo relativo ao Orçamento Participativo, nomeadamente as reuniões realizadas nas freguesias, mas na sua opinião havia algo



Oliveira do Bairro câmara municipal

que não estava a funcionar muito bem.

Disse sentir que não havia envolvimento por parte da população, das associações e autárquico, no projeto. Referiu que havia falhas graves no processo e que tinham que ser levadas em conta para o próximo ano, porque dando o exemplo do orçamento participativo da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro com um valor muito inferior, cerca de cinco mil euros, foram apresentados muitos mais projetos, do que no orçamento Participativo do município com um valor de cerca de cento e setenta e sete mil euros, foram apresentados projetos que quase pareciam projetos de um plano e orçamento de uma Câmara Municipal, porque projetos de requalificação eram da competência e responsabilidade da Câmara.

Disse ainda que esperava ter visto outro tipo de projetos, com outra dimensão, sentindo que esta primeira edição estava defraudada.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que os projetos que implicavam intervenção urbana, tinham sido analisados na sua plenitude, e tinham sido corrigidos os valores dos mesmos, face às vontades apresentadas e às ideias dos proponentes. Fez referência ao projeto de requalificação da zona junto ao mercado municipal, que previa um custo inicial muito abaixo, assim como a requalificação da escola do Cercal e, após análise técnica, das especificidades do que se pretendia, foram então corrigidos os valores.

Disse que a questão levantada pelo Vereador António Mota era pertinente, pois estava-se a falar em dinheiro público e daí o rigor que se tem tido na análise das propostas e dos valores apresentados, para que no momento da execução do projeto, não haja discrepâncias e não se consiga realizar de forma adequada.

Informou que eram quatro projetos que estavam a votação, sendo que o quarto resultava de uma fusão com outros dois projetos apresentados e também esse projeto tinha apresentado um valor muito abaixo do necessário para a implementação do mesmo, tendo também sido retificado.

Disse que o trabalho de rigor foi efetuado, também tinham sido alertados que no primeiro ano seria normal haver poucos projetos, até que as pessoas vissem que efetivamente o projeto vencedor é implementado e aí sim iria começar a haver mais propostas nas próximas edições. Acrescentou que aquilo que tinha corrido menos bem, com certeza que será tido em conta para melhorar no próximo ano, desejando que apareçam ideias mais globais para todo o concelho e não tão focadas numa só localidade ou freguesia.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que a nível de trabalho técnico o projeto estava bem conseguido, tendo havido duas fases distintas a nível de divulgação, achando que a forte divulgação, estava a acontecer atualmente o que não aconteceu inicialmente no processo.

Disse que o valor aprovado de cento e setenta e sete mil euros só por si já era um grande incentivo, sendo que em Câmaras Municipais com maior densidade populacional, com maior tecido empresarial



Oliveira do Bairro câmara municipal

os valores eram mais diminutos.
Referiu que o timing político e o pressing para o início do projeto, em sua opinião foi demasiado rápido e não tinha conseguido criar a implementação necessária, vendo-se pelos proponentes das propostas a votação que eram pessoas que ou tinham ligação direta com a Câmara ou eram jovens ou num dos casos uma professora, que têm acesso mais facilitado aos meios onde foi feita a divulgação do projeto.....

Sobre as sessões de apresentação do projeto, observou que tinham tido uma fraca adesão presencial, deu o exemplo da apresentação que tinha sido realizada na União de Freguesias, achando que não tinha havido articulação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, no sentido dos meios técnicos que foram apresentados, pois apenas existiu um portátil onde foram visualizados os vídeos, podendo ter havido outro tipo de cuidado na apresentação.

Sendo este o ano zero relativo ao Orçamento Participativo, no final disse que faria uma análise mais global, mas poderia já verificar que grande parte das propostas apresentadas eram da freguesia de Oliveira do Bairro, freguesia que já tinha tido a experiência em Orçamento Participativo pela sua Junta de Freguesia. Referiu que se poderia estudar se quando os Presidentes de Câmara tomam posse pela primeira vez nas funções, se deveria ser implementado o Orçamento Participativo nesse seu primeiro ano.....

O **Vereador António Mota**, referiu que tinha ficado preocupado com o que tinha sido dito, que para o próximo ano as pessoas já estavam habituadas e seriam apresentadas várias candidaturas, mas na sua opinião isso era um risco porque se este ano forem aprovados os projetos de requalificação, para o próximo ano todas as freguesias iriam apresentar projetos de requalificação e aí haveria uma corrida às votações, mas não era esse tipo de projeto que se pretendia com o Orçamento Participativo. Disse que deveria haver alguma inovação nos projetos apresentados, algo que envolva todo o concelho ou até mesmo uma freguesia, mas não querendo substituir-se às Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal que essas sim têm o papel das requalificações.

O **Presidente da Câmara**, disse que já tinha referido que projetos inovadores e mais aglutinadores seriam os mais desejáveis, mas o risco de se iniciar algum projeto é sempre esse, ter que o provocar, lançá-lo dando-lhe a divulgação necessária.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da Informação n.º 20/2018, referente ao ponto de situação relativamente ao Projeto do Orçamento Participativo de Oliveira do Bairro.
.....
.....

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **12 de setembro** do ano **de 2018**, do qual constam os seguintes dados e valores:



Oliveira do Bairro câmara municipal

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.634.477 Euros e 09 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 694.399 Euros e 71 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.328.876 Euros e 80 Cêntimos

.....
.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota



Oliveira do Bairro câmara municipal

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos